

1

Que anuncia os seguintes

*Assim é que elas foram feitas (todas as coisas) —
sem nome*

Manoel de Barros. “Prefácio”.

As antologias de poesia organizadas no século XIX desempenharam um papel não só pioneiro, mas também fundamental, nem sempre lembrado hoje, no processo de constituição da tradição literária brasileira e do seu corolário: a construção do Brasil pela via da literatura. O projeto que iniciaram consistiu num primeiro passo em direção à escrita da história da nossa literatura, já então considerada como um dos ramos da história pátria. Isto porque tais obras *estabeleceram* fatos literários, que importavam para essa futura empresa, e buscaram lhes dar coerência por meio da ordenação cronológica que, como se verá no curso posterior desta reflexão, ajudou a conformar as feições da literatura que se tratava agora de apresentar como genuinamente nacional.

Uma das primeiras questões que me motivaram a levar essa pesquisa adiante foi a de saber se a futura empresa de uma escrita historiográfica já não seria uma meta visada por essas primeiras coletâneas, ou, quem sabe até, o próprio princípio norteador de sua elaboração. A leitura das introduções, das notas explicativas e de quaisquer outros aparatos textuais dessas obras aponta para dois fatores que me fazem tender a apostar numa resposta afirmativa a tal indagação. O primeiro deles é a impossibilidade de se admitir, sem maiores questionamentos, que o passo seguinte, isto é, a escrita da

história propriamente dita, não tenha sido dado por uma falta de preparo ou de condições daqueles que se voltaram para essa atividade coletora. Até porque, admitir isso seria endossar uma visão corrente na época de que a história era uma etapa posterior, e mais elaborada, que necessitava encontrar um material já trabalhado e bem arrumado para que pudesse, enfim, ser escrita. Visão que fica patente a partir de títulos como o das célebres *Memórias para servir à história do reino do Brasil* (1825), do padre Perereca, ou das não menos famosas *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique, publiés pour la première fois en français* (1837-1841), do viajante francês Henri de Ternaux-Compans.

Por outro lado — e este seria o segundo fator aludido acima, e o mais evidente —, a própria insistência percebida em diversos textos do Oitocentos sobre a absoluta necessidade de uma história do Brasil (bem como de uma história da sua literatura) escrita por brasileiros aponta para a concepção prévia desse projeto futuro. Tal necessidade, aliás, já havia sido destacada por estrangeiros, como Ferdinand Denis, ele próprio um dos iniciadores da nossa historiografia literária; mas também por diversos brasileiros aparentemente muito preocupados com a nacionalidade dos autores dessas obras fundamentais. Talvez o caso mais curioso seja o de Francisco Adolfo de Varnhagen que, em carta ao imperador Pedro II, ao relatar o encontro que tivera com a filha do monarca, dona Francisca, e seu marido, o príncipe de Joinville, resolve confessar "uma apreensão que sepultava no fundo d'alma":

Na primeira audiência que tive destes Augustos Senhores conheci que se surpreendiam de não me achar estrangeiro ou ao menos estrangeirado, e que eu não correspondia pessoalmente à idea que, pelo meu nome, haviam anteriormente formado, imaginando-me hollandez, segundo creio. [...]

Sabe agora V.M.I. uma das razões por que eu queria omittir o meu nome da Historia Geral do Brazil, deixando até de assignar a dedicatória. Sem o meu nome a obra seria apenas de *um brasileiro*

ou do *Instituto H. do Brazil* [sic]; e, por conseguinte, de todo o Brazil (1854, p. 213).

Como se vê, a tarefa desses intelectuais tinha por motivo condutor uma espécie de missão patriótica, bem afinada com o período pós-Independência, e integrada a um projeto de proporções mais amplas que consiste no que Ilmar Rohloff de Mattos chama de “processos de construção do Estado imperial e de constituição das classes senhoriais” (1986, p. 2).

Meu trabalho está contudo voltado para um aspecto mais pontual da tarefa desempenhada por esses bons filhos da pátria, e cujo produto está na base da constituição de um sistema intelectual marcado, não pela sagração do escritor, para usar a expressão cunhada por Paul Bénichou (1973), mas sim pela da página escrita. Trata-se, na verdade, de nossa tardia *cidade letrada*, grupo “que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens” (Rama, A.: 1984, p. 43), e que se incumbiu de delinear os traços constitutivos da nação emergente, sendo que esse esboço quase sempre destacava os valores que vinham se firmando como o paradigma sobre o qual se assentava essa noção. No caso específico do continente americano, o que se buscava ressaltar eram as dimensões territoriais, a natureza, o clima e quaisquer outros elementos que pudessem marcar uma diferença com relação ao Velho Mundo.

Esse foi o caminho trilhado pelas primeiras antologias poéticas compiladas na América Latina, obras que Hugo Achugar denomina *parnasos fundacionais*, designação que pretendo estender a umas tantas obras do gênero. “Estes livros”, escreve o ensaísta uruguaio, “realizaram um gesto, pretenderam dar corpo de letra a um sentimento, tencionaram construir um imaginário, uma nação” (1998b, p. 39). No que se refere aos textos coligidos, o que se procurava era reunir e divulgar um *corpus* — em boa parte até então desconhecido —, que pudesse *atestar* a efetiva existência de uma

produção nessa área, e *propor* o seu caráter nacional, criando, para tanto, a categoria do *nativismo* que vai se afirmar como realidade ao longo do século XIX.

Com esse espírito, e bastante empenho, os nossos primeiros antologistas se voltam para as letras coloniais em busca de bases de sustentação, de possíveis marcos iniciais de uma origem genealógica, ou, para usar as expressões de Ferdinand Denis, "os primeiros esforços da nação brasileira a bem das letras, [...] um ponto de partida que é sempre curioso observar" (1826, p. 45).

Logo, porém, esbarram em certas dificuldades. A primeira delas era o próprio acesso aos textos que se mantinham, até então, na condição de manuscritos, esquecidos ou perdidos. A segunda era a incerteza de saber se os textos encontrados permaneciam idênticos ao original saído da pena de seus autores, ou se, tantas vezes copiados, já não haveriam sido adulterados. E, ainda, a dificuldade, ou até a impossibilidade de atribuição de autoria — o que era um dado essencial para a literatura oitocentista —, pois muitos daqueles escritos não eram autógrafos.

Mas, acima de tudo, o que esses *litteratos* encontraram foi um material que dificilmente se adequaria ao seu projeto, já que era regido por outras concepções do escrever, e que, só à custa de considerável boa vontade e alguma distorção, poderia ser tomado como anunciador, por pouco que fosse, do sentimento nacional. Acompanhando, portanto, o seu trabalho arqueológico de desencavar textos do passado, vinha o apagamento, ou a desconsideração, do lastro retórico que os informava.

Diante dessas constatações, fica claro que as antologias literárias do século XIX brasileiro devem ser pensadas como parte integrante de um sistema mais amplo, que engloba diversas áreas de pensamento e de produção de conhecimento. Aliás, tal quadro não é absolutamente privilégio do Brasil. Por toda a América, essas obras vão representar o "esforço fundacional" — para usar ainda os termos

de Hugo Achugar (1998a, p. 17) —, que se caracterizaria basicamente por uma recusa do passado colonial, paralela à tentativa de construção de um futuro inteiramente novo sem perder, contudo, o que esse mesmo passado poderia representar em termos de tradição.

Entre nós, tal esforço se torna tanto mais evidente quando se considera que “Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora” (Lajolo, M. & Zilberman, R.: 1996, p. 18). Não por acaso, é precisamente nessa época que a questão da instrução pública adquire um relevo particular. Como assinala Ilmar Rohloff de Mattos, tratava-se efetivamente de um projeto de *formação do povo* brasileiro (cf. op.cit., p. 238), mas também de sua educação:

instruir e educar eram [...] uma das maneiras [...] de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como aqueles que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional (id., p. 251).

Mas também, como bem frisa Ángel Rama, “essa solução permitia vislumbrar uma sonhada independência letrada, [...], o que conduziria à criação da *literatura nacional*” (op.cit., p. 70; grifos do autor).

Se, como afirmava Rabaut de Saint-Etienne, a instrução “esclarece e exercita a mente”, ao passo que a educação “form[a] o coração” (1792, s/nº), e, levando-se em conta que esses *parnasos fundacionais* são, em boa parte, produzidos já em plena vigência do romantismo, o primeiro impulso de um leitor de hoje seria situá-los no território da educação. O próprio discurso dos organizadores dessas coletâneas vem demonstrar, porém, que esta seria uma interpretação equivocada, pois todo o seu empenho, ao empreender essas obras, estaria voltado para combater a tão propalada *ignorância do brasileiro* com relação às *coisas pátrias*. E, se optei por deixar, sempre que possível, esses textos em sua grafia original, não foi apenas para

manter o seu aspecto pitoresco, mas sim porque, em algumas das versões mais ou menos contemporâneas de que se pode dispor, encontrei certas falhas de transcrição que julguei dever evitar por meio da referência direta às edições originais.

No entanto, para analisar esses *parnasos fundacionais* do ponto de vista de seu funcionamento dentro do sistema em que se incluem, é impossível desconsiderar sua especificidade como gênero, e tampouco as inúmeras implicações relativas à longa tradição a que tais obras se filiam, ou ainda as diversas alterações sofridas pelo gênero antológico desde a sua apropriação pelo pensamento ocidental. Esta é, pois, a questão abordada no capítulo intitulado “Todos os nossos ontens”.

No capítulo “Cousas passadas, cousas futuras”, são analisados particularmente os paratextos das antologias selecionadas para constituir o objeto da minha investigação. Tal seleção obedeceu, antes de mais nada, a um critério temporal, delimitado pelo surgimento da primeira obra efetivamente intitulada *História da literatura brasileira*, publicada por Silvio Romero em 1888. Mas esse *corpus* sofreu ainda dois outros recortes. Por um lado, selecionei apenas antologias não-escolares, partindo da premissa de que, por serem potencialmente voltadas para um público mais amplo, e livres de eventuais restrições, em especial de cunho moralizante, essas compilações associariam à vocação didática tradicionalmente atribuída a esse gênero a realização da dupla tarefa de constituir um público leitor e de estabelecer um cânone literário sem o qual a história da literatura não poderia ser escrita. Por outro lado, e pelos mesmos motivos, restringi a análise a antologias de amplitude nacional, deixando de fora as coletâneas regionais produzidas durante esse período.

Enfim, o capítulo “Um passado mais que perfeito” trata basicamente do *nativismo*. Esta noção é tomada, aqui, como o conceito-chave que permitiu que se estabelecesse uma linha contínua

ligando textos da época colonial à produção do século XIX. Graças a essa proeza, foi possível constituir um bloco suficientemente homogêneo que pôde ser chamado de *literatura brasileira*.